

ACTA N.º 10

Acta da Assembleia Municipal de Alpiarça, realizada no dia 23 de Fevereiro de 2007.

Aos vinte e três dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e sete, pelas vinte e uma horas, reuniu em sessão ordinária, no Auditório da Câmara Municipal de Alpiarça, a Assembleia Municipal de Alpiarça, com a presença de todos os seus membros: Vera Lúcia Santos Noronha, José Miguel Neves Teixeira de Carvalho, Pedro Miguel S. Brás Gaspar, Vitória Maria de Faria Brito, Paulo Francisco M. Espírito Santo, João Pedro Antunes Osório, Joaquim Augusto Palhoto Pais de Azevedo, Anabela Feliciano Costa, Maria Leonor Covão T. Ribeiro, Inês da Nóbrega Aguiar, Fernando Manuel Pereira Neves Ramalho, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, Maria de Fátima Pedro Carvalho G. Rodrigues, Carlos Alberto das Neves Cotrim, Maria América Alcobio Cravo e Teresa Isabel Claudino de Freitas.

A Presidente da mesa deu início à sessão, perguntando aos líderes de bancada se concordavam que antes de dar início aos trabalhos se procedesse à tomada de posse do Conselho Municipal de Segurança, ao que todos concordaram.

A Chefe de Divisão Municipal, Administrativa e Financeira, em regime de substituição da Câmara Municipal de Alpiarça, leu o auto de posse e, de seguida os elementos do Conselho Municipal de Segurança assinaram o referido auto.

A Presidente da mesa deu posse como membro efectivo da Assembleia Municipal, a Inês da Nóbrega Pimenta d'Aguiar, que substituiu assim o membro Manuel Feliciano que pediu renúncia de mandato.

A Presidente da mesa passou de imediato à discussão e votação das Actas nº 6 e nº 7.

Sobre a Acta nº 6, de 22 de Junho de 2006, não houve intervenções. A Presidente da mesa colocou a acta à votação, a qual foi aprovada por maioria com duas abstenções. A membro Teresa Freitas apresentou declaração de voto, pois não esteve presente na referida sessão da Assembleia Municipal.

Sobre a Acta nº 7, de 26 de Setembro de 2006, interveio a membro Inês Aguiar, dizendo que na ultima sessão da Assembleia Municipal propôs uma alteração, à pag. 9 da referida acta, mas verificou que a mesma não foi feita.

A Presidente da mesa esclareceu que a gravação desta acta voltou a ser ouvida e que, o que está escrito está conforme a gravação.

A membro Inês Aguiar sugeriu que se ouvisse a gravação.

A Presidente da mesa voltou a lembrar que ficou decidido, há duas sessões atrás, que os membros da Assembleia, depois de receberem as actas corrigidas, se não estivessem de acordo com as mesmas, deveriam apresentar por escrito esse entendimento à mesa da Assembleia. Uma vez que nenhum dos membros apresentou qualquer proposta de alteração, partiu-se do principio que estava tudo conforme o entendimento de todos.

Intervenção do membro Paulo Espirito Santo referindo, que foi dito pela Senhora Presidente da mesa que, o que está escrito nas actas está em consonância com as gravações, como tal sugeriu que se passasse à votação.

Intervenção da membro Inês Aguiar que perguntou se não vão alterar os referidos parágrafos.

A Presidente da mesa referiu que iriam votar a acta tal como está, uma vez que reflecte bem o que está na gravação.

A membro Inês Aguiar voltou a pôr em causa o que a Presidente da mesa tinha dito.

Intervenção do membro Paulo Espirito Santo sugerindo que a Presidente da mesa estabelecesse regras para as intervenções, pois se as gravações foram ouvidas e se não há dúvidas deveriam passar à votação.

A Presidente da mesa passou à votação da referida acta, a qual foi aprovada por maioria, com 11 votos a favor, 2 votos contra e 3 abstenções.

A membro Teresa Freitas apresentou declaração de voto, pois não esteve presente na referida sessão da Assembleia.

A membro Inês Aguiar apresentou declaração de voto, dizendo que votou contra porque mais uma vez, como já vem sendo hábito, as actas não só não reproduzem o que foi dito, como muitas vezes dizem coisas que não foram ditas e mesmo assim a pessoa não tem direito a ver refletido na acta o que se passou, mas isso já vem sendo hábito e normal.

Intervenção do membro José Miguel Carvalho, dizendo que votou favoravelmente embora hajam alguns pontos de discordância, pensa que estas questões poderiam ter ficado resolvidas na sessão anterior, caso tivessem sido aceites as alterações propostas.

Passaram à discussão e votação da Acta nº 9, de 27 de Dezembro de 2006.

Intervenção da membro Inês Aguiar, referindo que na pág.31 (último parágrafo) vem mencionado que o membro João Osório e Inês Aguiar apresentaram declaração de voto, mas a mesma não está transcrita. Sugere então que se transcreva para a acta, a declaração de voto..

A Presidente da mesa, mais uma vez sugeriu, que apresentem atempadamente, por escrito essas sugestões de alteração.

A membro Inês Aguiar referiu-se ao despacho que a Senhora Presidente da mesa fez no último anexo à acta, pois pensa que ficou provado que não receberam a documentação, e queria saber quando é que foi decidido que os documentos mais volumosos só seriam entregues aos líderes de bancada.

A Presidente da mesa esclareceu, que isso foi decidido no início do mandato, numa sessão da Assembleia Municipal.

Intervenção do membro José Miguel Carvalho esclarecendo que quando se ausentou da sessão (cerca do ponto 19), informou a mesa que estava de banco no Hospital de Santarém, e que saiu seis horas do banco de urgência, mas que teve mesmo que regressar ao Hospital.

Intervenção do membro João Osório referindo que na página 24, ponto 19, vem mencionado que o membro João Osório fez declaração de voto, mas que a mesma não está transcrita. Referiu também que na pag. 26, o 6º parágrafo não está conforme o que foi dito, pois referiu-se concretamente à dificuldade em fotocopiar mapas.

A Presidente da mesa voltou a sugerir que de futuro passem a fazer chegar por escrito as alterações pretendidas.

O membro João Osório referiu que uma vez que o seu horário de expediente é igual ao da Câmara Municipal, não tem possibilidade de fazer chegar quaisquer alterações antecipadamente, pensa que é na sessão da Assembleia Municipal que estas questões têm que ser tratadas, ou então estamos a alterar o Regimento da Assembleia.

A Senhora Presidente da mesa esclareceu que não está a alterar o Regimento, mas sim a dar cumprimento ao que ficou decidido há duas sessões atrás.

O membro João Osório propôs que se pusesse de novo à consideração dos membros essa decisão, uma vez que ele não tem hipótese de fazer chegar as alterações por escrito.

A Presidente da mesa referiu que desta vez a gravação vai ser de novo ouvida, e esta acta vai ser votada tendo em conta que o que estiver na gravação é o que vai constar da acta.

A membro Inês Aguiar interveio para perguntar quem é que tinha aprovado essa decisão.

A Presidente da mesa esclareceu que essa decisão foi tomada pelos membros da Assembleia Municipal.

O membro João Osório referiu ainda que (pág.29 - 6º parágrafo), quando a Senhora Presidente da mesa incluiu o ponto, houve violação do Regimento, e que nunca tinha sido referido que estava representado por 10 pessoas, mas sim que as duas bancadas estavam de acordo, logo sugeriu que fosse retirado o que está entre vírgulas. Disse ainda que a bancada da CDU não contestou pois o membro José Miguel Carvalho não estava presente, e o regimento diz que tem que ser aceite por dois terços.

Referiu ainda que a declaração de voto (pág.31 – 5º parágrafo), proferida por ele e pela membro Inês Aguiar deverá ficar transcrita.

A Presidente da mesa colocou a acta à votação, referindo que a gravação será de novo ouvida e que as alterações serão de acordo com a mesma.

O membro João Osório voltou a intervir para sugerir que passasse a ser entregue às bancadas cópia da gravação, de cada sessão da Assembleia Municipal.

O membro Paulo Espírito Santo interveio dizendo que, uma vez que já ninguém se inscreve para falar, então também ele quer intervir para esclarecer que este assunto já foi debatido exaustivamente em Assembleia Municipal, logo não se justifica, mais uma vez, esta discussão.

A membro Inês Aguiar interveio para dizer que não compreende como é que, a Senhora Presidente da mesa, pode colocar a acta à votação sem se

saber se as alterações propostas irão constar na versão final da acta, pois não seria a primeira vez que as actas são aprovadas com as alterações propostas e depois essas alterações não aparecem.

A Presidente da mesa interveio dizendo que não admite que continue a fazer suspeições relativamente ao funcionamento da mesa da Assembleia, o que já aconteceu na última sessão da Assembleia. Referiu que irão voltar a este assunto mais à frente.

O membro Paulo Espírito Santo interveio, dizendo que o que a membro Inês Aguiar tinha acabado de dizer era grave, pois tinha sido dito que a mesa da Assembleia manipula e altera as decisões que são tomadas. Disse que esta é uma situação que tem que ser esclarecida, ou seja esta acusação tem que ser formalizada, na presente sessão da Assembleia, e a Senhora Presidente dar-lhe-á o justo seguimento, se se fazem acusações têm que se provar. Dirigiu-se à Senhora Presidente dizendo que espera que esta acusação, porque entende que não é uma insinuação, seja concretizada pelo membro que a proferiu, e que daí se tirem as ilações necessárias.

A Presidente da mesa dirigiu-se à membro Inês Aguiar perguntando se mantém o que acabou de dizer, ou seja se considera que as actas têm sido manipuladas.

A membro Inês Aguiar interveio dizendo para não colocarem na sua boca, palavras que não disse, pois já percebeu quem dirige os trabalhos na sessão da Assembleia Municipal. Referiu que fez uma afirmação e não uma suspeição e que provou, porque não tem nada a temer, uma vez a acta foi alterada, foi aprovada de uma forma e apareceu de outra.

Intervenção do membro José Miguel Carvalho, sugerindo que se faça a votação da acta, incluindo as alterações sugeridas.

A Senhora Presidente da mesa voltou a explicar que a acta vai ser aprovada com a condicionante de que aquilo que estiver gravado é aquilo que será incluído nos pontos mencionados.

A acta foi aprovada por maioria, com 14 votos a favor e 2 abstenções.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

A Senhora Presidente da mesa referiu-se à suspeição levantada na última sessão da Assembleia Municipal, esclarecendo o seguinte: Houve uma sessão da Assembleia Municipal, no dia 16 de Dezembro de 2004, acta nº23, na pag.8 consta no 1º parágrafo as questões colocadas pelo eleito Vasco d'Aguiar. Na pag.9 – 1º parágrafo constam as respostas às questões anteriormente colocadas.

No dia 25 de Fevereiro de 2005, acta nº 24, decorreu outra sessão da Assembleia Municipal. Aquando da discussão da acta nº 23, o membro Vasco Aguiar sugeriu algumas alterações, concretamente à rescisão do contrato da Consultora Jurídica. A acta foi aprovada e de acordo com a audição dessa mesma sessão, do dia 16 de Dezembro de 2004, o que neste momento consta da acta, que está disponível na Internet, é a resposta correcta tal como está na gravação.

Deu ainda uma informação sobre uma notificação, via postal simples, enviada pelo Serviço do Ministério Público de Almeirim, que tem a ver com uma queixa formalizada pela CDU de Alpiarça, sobre um Edital, e que foi arquivada.

Informou ainda, em relação à questão colocada na última sessão da Assembleia Municipal, sobre a falta de médicos de família no Centro de Saúde de Alpiarça. A Sub-Região de Santarém informou dizendo que os 22 Centros de Saúde têm aproximadamente 15% da população inscrita sem médico de família, dizem que têm tido a preocupação de arranjar as melhores soluções possíveis, nesse contexto encontra-se o Centro de Saúde de Alpiarça, bem como mais 14 Centros de Saúde. O Senhor Coordenador aproveitou para informar que os esforços continuam no sentido de encontrar as melhores soluções para o problema.

A Presidente da mesa deu ainda informação que a CPCJ, conforme legislação em vigor, deveria ter feito chegar, o Relatório relativo ao ano anterior, afim de ser analisado nesta Assembleia. No entanto, de acordo com informação do Senhor Presidente da CPCJ, só na semana passada é que houve reunião da Comissão Alargada onde foi votado este relatório, logo só será apresentado na próxima sessão.

Intervenção da membro Anabela Costa que fez uma sugestão à Senhora Presidente sobre a documentação. Diz que quando recebeu a documentação para esta sessão verificou que a Senhora Presidente tinha enviado alguns ofícios, que faziam parte do registo da correspondência, não compreendeu qual o critério para esta selecção. Sugeriu então, que nas próximas sessões passasse a fazer parte da documentação da mesa, a pasta da correspondência entrada.

Referiu também que, na sessão de Setembro, apresentou um requerimento a solicitar elementos sobre a Alpiagra, mas até agora a bancada da CDU ainda não recebeu qualquer informação.

A membro Anabela Costa referiu-se ao facto de na última sessão da Assembleia Municipal, alguns membros da bancada do PS terem “duvidado” das suas afirmações relativamente aos preços praticados na piscinas dos Concelhos vizinhos, para que não restassem dúvidas, entregou à Presidente da mesa o preçário das piscinas de Almeirim.

Apresentou ainda uma moção (nº1) sobre o desligamento das ajudas nas frutas e hortícolas e o perigo para a produção de tomate.

Intervenção da membro Vitória Brito que apresentou um voto de pesar, pelo falecimento de Sérgio Vilarigues.

Apresentou ainda uma moção (nº2), sobre a intenção do fecho da EB1 do Frade de Cima.

O membro Celestino Brasileiro interveio lendo um texto, que serviu de base a uma proposta (anexa) sobre as necessidades para o lugar do Casalinho.

Colocou ainda algumas questões sobre as linhas de água que existem no Concelho e que muitas vezes os próprios agricultores não respeitam, fechando essas linhas, o que em anos chuvosos provoca problemas gravíssimos nalguns terrenos. Cada vez mais a agricultura se pratica durante todo o ano, para que seja rentável, e se as linhas de água não estiverem limpas, há terras que ficam impossibilitadas de serem utilizadas. Perante esta situação perguntou de quem é a responsabilidade da limpeza destas linhas de água, se é da Autarquia ou se existe outro organismo responsável nesta matéria.

Colocou ainda uma questão sobre o circuito de manutenção junto à barragem e o circuito junto à vala, pois estão degradados. Perguntou se a Câmara pretende recuperar estes dois circuitos.

Colocou também uma questão sobre a Estrada que liga o Casalinho ao Frade de Cima, pois em dias de muita chuva as pedras e areia invadem a estrada o que se torna perigoso para a circulação.

Referiu-se também a uma rua do Frade de Cima, a Rua Luís de Camões onde as propriedades estão mais altas do que a estrada e onde não existe um sistema de drenagem eficaz, logo as pedras e a areia invadem a rua, também o alcatrão desta rua não está nas melhores condições.

Intervenção do membro José Miguel Carvalho lendo uma saudação a José Afonso (anexa).

O membro José Miguel Carvalho referiu que a carta da Administração Regional de Saúde deveria ser fotocopiada e entregue a todos os membros da Assembleia, em relação ao ofício emanado pelo Tribunal de Almeirim pensa que deveria ter sido distribuído aos membros, pois é importante e esclarecedor.

Intervenção do membro João Osório colocando várias questões:

–Referiu que na última sessão da Assembleia Municipal a Senhora Presidente informou, que ainda não tinha nenhuma resposta do Ministério da Administração Interna sobre a proposta que a CDU e o PSD tinham apresentado, pretendia saber como está a situação.

–Perguntou se havia algum esclarecimento sobre o quartel da GNR.

–Congratulou-se com a conclusão da iluminação do Estádio Municipal e perguntou qual o custo desta obra.

–Falou também da iluminação da estátua do Cravo, como sendo uma questão antiga já colocada quer em Assembleias Municipais, Assembleias de Freguesia e Reuniões de Câmara, e a questão continua por resolver.

–Perguntou também qual era o ponto de situação sobre a ligação dos esgotos da Zona Industrial até à vala, pois de momento está parada junto à estrada que liga à Lagoalva, para quando a finalização da obra.

–Questionou também sobre a situação dos esgotos a céu aberto na urbanização situada entre a Câmara Municipal e o Ecomarché, pois há lá um esgoto que emana um cheiro nauseabundo.

–Perguntou também qual era o ponto de situação da Urbanização dos Sobreiros, nomeadamente a conclusão do Jardim, uma vez que tudo se encontra na mesma situação.

–Perguntou qual a situação do edifício em construção, na estrada que liga o Casalinho ao Frade de Cima, uma vez que apresenta um tamanho exagerado.

–Questionou também sobre a vinda do Presidente da CPCJ a uma sessão da Assembleia Municipal.

–Referiu que na sessão da Assembleia Municipal de Setembro a bancada da CDU colocou uma questão sobre o chumbo do Tribunal de Contas sobre os pagamentos à Quinagre relativos ao Posto de Turismo, pretendia saber se os pagamentos foram ou não efectuados.

–Referiu ainda que na última sessão da Assembleia Municipal a Senhora Presidente da mesa respondeu à bancada da CDU que ainda não tinha resposta às perguntas, colocadas verbalmente ao Senhor Presidente da Câmara na sessão da Assembleia Municipal e posteriormente colocadas por escrito. Pretendia a bancada da CDU saber se havia ou não respostas para as referidas questões.

–Questionou também sobre a situação da Rua Pedro Soares, no Casalinho, pois ao cimo dessa rua há uma situação de reparação há mais de seis meses.

– A bancada da CDU pretendia saber que esforço tem feito a Autarquia para resolver o problema do edifício da Igreja, que tem o tecto a ruir, pois embora não seja católico praticante custa-lhe ver um património de todos os alpiarçenses a ficar degradado e a inércia da Câmara em relação a esta situação, pois embora não seja da sua responsabilidade, a Autarquia tem obrigação moral de ajudar a resolver este problema.

Intervenção do membro Pedro Gaspar agradecendo profundamente aos cidadãos que se dispuseram a fazer parte do Conselho Municipal de Segurança.

A Presidente da mesa respondeu à membro Anabela Costa dizendo que não lhe chegou ainda qualquer resposta da Câmara, sobre as questões colocadas relativas à Alpiagra.

Respondeu também ao membro João Osório, dizendo que da parte do Ministério da Administração Interna também ainda não chegou qualquer resposta.

Relativamente à CPCJ esclareceu que, o que se falou numa sessão da Assembleia Municipal, foi que se houvesse necessidade o Senhor Presidente da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens viria a uma sessão e seria bem vindo. Ao falar com o Presidente da referida Comissão, constatou que o mesmo não vê necessidade, por agora, da sua presença, uma vez que o que vem no relatório é tudo o que os membros poderão saber, no entanto estará sempre disponível para se deslocar a uma sessão sempre que a Assembleia o entender.

No que diz respeito ao ofício da CDU explicou que ainda não obteve qualquer resposta da Câmara.

A Presidente da mesa passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para que respondesse às questões colocadas.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu ao membro Celestino Brasileiro que as linhas de água são da responsabilidade dos proprietários, o que não significa que a Câmara não procure melhorar a situação.

Relativamente ao circuito de manutenção junto à vala explicou que foi uma obra que envolveu a CULT e a recepção da mesma ainda não foi concluída, pelo que há alguns aspectos a limar; a Autarquia tentou resolver alguns aspectos ligados à manutenção, mas há aspectos que têm que ser definidos.

Em relação à estrada que liga o Casalinho ao Frade de Cima, de facto as propriedades estão num plano superior à estrada pelo que, quando chove muito, há deslizamento de terras para a estrada, tenta-se limpar o mais rapidamente possível, pois não há outra intervenção de fundo possível.

Em relação à Rua Luís de Camões, no Frade de Cima, referiu que se passa o mesmo, embora a situação do buraco no asfalto tenha que ser resolvida.

Em resposta ao membro João Osório esclareceu que em relação ao quartel da GNR a responsabilidade é da Administração Central e não da Câmara. Segundo o que a Câmara sabe, existe um plano de redefinição de instalações e, que depois de concluído as Autarquias serão informadas.

Sobre a iluminação do estádio esclareceu que o assunto foi a reunião de Câmara. Como não tinha presente o custo da obra, referiu que os membros poderiam ser informados posteriormente.

Sobre a iluminação do cravo explicou que a mesma dependia da intervenção estrutural que foi feita na Rua Ricardo Durão e que se continua a garantir que a mesma será efectuada, o técnico que acompanhou a obra será questionado sobre a razão da peça escultórica não estar ainda iluminada.

Relativamente à ligação de esgotos da zona industrial para a vala, as autorizações por parte dos proprietários já existem portanto a obra irá ter sequência.

Os esgotos a céu aberto, junto ao Ecomarché, bem como a conclusão do Jardim no Loteamento dos Sobreiros, no Frade de Cima e a construção de um edifício na estrada que liga o Casalinho ao Frade de Cima remeteu para o Senhor Vereador Ferreirinha.

Sobre o visto do Tribunal de Contas, esclareceu que a Câmara não se conformou e como tal interpôs recurso, estando a aguardar a resposta a essa exposição.

O Senhor Presidente da Câmara alertou também o Senhor Vereador Ferreirinha para o facto de existirem dois sinais na continuação da antiga rua Pedro Soares, no Casalinho.

Relativamente à Igreja, explicou que a Câmara tem obrigação moral para com todas as situações e, recordou a Assembleia que a última grande intervenção, em termos de cobertura, foi feita mediante a apresentação de uma TNS, em que a Câmara mediante proposta aprovada e com conhecimento da Assembleia Municipal, assumiu por inteiro os 40% não participados pela candidatura.

Relativamente ao tecto também a Câmara apresentou e diligenciou uma nova candidatura estando a aguardar uma definição por parte do Ministério.

A Presidente da mesa passou a palavra ao Vereador Ferreirinha, que em relação ao esgoto a céu aberto que desagua na linha de água referida, explicou que fazia parte do Projecto Águas do Ribatejo, duas intervenções, uma no local mencionado e outra no Casal dos Gagos; o processo não evoluiu como era esperado mas, segundo informação da CULT irá evoluir de outra forma, se não acontecer terá que ser a Câmara a executar as duas estações

de bombagem que faltam para fechar o circuito de tratamento de águas residuais.

Quanto à Urbanização dos Sobreiros, o Vereador Ferreirinha disse que tinha que ver como é que o processo evoluiu juridicamente.

Em relação à construção de uma habitação de grande dimensão, na estrada que liga o Casalinho ao Frade de Cima, o Vereador informou que se trata de um centro equestre e que está tudo devidamente licenciado, no entanto irá verificar.

A Presidente da mesa colocou à votação a moção número um, apresentada pela bancada da CDU, que tem a ver com a produção de tomate. Foi aprovada por maioria com 14 votos a favor, 1 abstenção e 1 ausência da sala do membro Carlos Cotrim.

A Presidente da mesa esclareceu que segundo opinião da Consultora Jurídica, todos os documentos que são apresentados e aceites pela mesa da Assembleia devem ser votados, logo se todos os membros tiverem de acordo este passará a ser o procedimento adoptado.

A Presidente da mesa explicou que os documentos são apresentados à mesa e esta, aceita ou não os documentos. Se a mesa não aceitar mas o plenário decidir que devem ser aceites, pode votar por maioria a sua aceitação.

A Presidente da mesa colocou à votação o Voto de Pesar, pelo falecimento de Sérgio Vilarigues, apresentado pela bancada da CDU. Foi aprovado por maioria com 12 votos a favor e 4 abstenções.

A Presidente da mesa colocou à votação a moção número dois, apresentada pela bancada da CDU, relativamente à intenção da DREL de encerrar a EB1 do Frade de Cima.

Intervenção do membro Paulo Espirito Santo, que questionou se de facto já havia uma decisão da DREL em encerrar a Escola do Frade de Cima.

A Presidente da mesa pediu ao Senhor Presidente da Câmara que esclarecesse este ponto.

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que existe uma intenção, por parte da DREL em encerrar a referida Escola, mas oficialmente não há nenhuma comunicação nesse sentido.

O membro Paulo Espirito Santo diz que não pode votar uma moção quando a mesma não está correcta, sugere que neste caso primeiro deviam votar a aceitação deste documento e não ao seu conteúdo.

O membro Celestino Brasileiro interveio para propôr uma alteração à moção, propôs que em vez de decisão passasse a constar intenção.

A Presidente da mesa disse que concordava inteiramente com a alteração proposta pelo membro Celestino Brasileiro e passou-se à votação. A moção foi aprovada por unanimidade.

A Presidente da mesa colocou à discussão e votação a proposta referente ao Casalinho, apresentada pela bancada da CDU. Foi aprovada com 9 votos a favor, 6 abstenções e 1 voto contra.

O membro Paulo Espirito Santo apresentou declaração de voto, dizendo que votou favoravelmente esta proposta pois acha importante descentralizar, transformando os lugares em centros próximos da Vila.

A Presidente da mesa passou à votação da saudação a José Afonso, apresentada pela bancada da CDU. Foi aprovada por maioria com 15 votos a favor e 1 abstenção.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto número um – Apreciação da Informação escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município e da sua situação Financeira, ao abrigo da alínea e) do nº 1 do artº 53 da Lei nº 5-A/02 de 11 de Janeiro.

Não houve intervenções.

Ponto número dois – Aprovação final e tomada de posse do “Conselho Municipal de Segurança”.

Foi proposta uma pequena correcção ao preâmbulo do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança e passou-se à votação, tendo em conta essa mesma correcção, foi aprovada por unanimidade, dos presentes, com 15 votos a favor e uma ausência da sala, do membro Fernando Ramalho.

Ponto número três – Apreciação e votação da proposta de “Modificação ao Orçamento – Revisão número um para o ano de 2007”.

Intervenção do membro João Osório estranhando que passado pouco mais de um mês, de uma sessão da Assembleia Municipal com uma ordem de trabalhos muito extensa, onde foi aprovado o Orçamento sem a presença dos membros da CDU, surja agora esta modificação, e gostava de saber para que obra é esta alteração orçamental. Pois se é para a obra de reparação e beneficiação do prédio, sito na rua Tomás da Anunciação, 84 em Lisboa, este assunto esteve presente numa reunião de Câmara, no dia 4 de Setembro de 2006 e foi aprovado por unanimidade concordar com a proposta, logo o executivo da Câmara que elabora o Orçamento sabia que esta obra existia.

Intervenção do membro Carlos Cotrim, em nome da bancada do PSD, pediu também esclarecimentos sobre esta modificação ao orçamento.

A Presidente da mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.

O Senhor Presidente esclareceu que esta modificação prende-se com as obras de beneficiação e reparação de um prédio pertencente ao legado Manuel Nunes Ferreira, sito em Campo de Ourique. Explicou que não compete ao Presidente da Câmara, nem aos Vereadores elaborar o Orçamento.

O membro João Osório disse que gostava de saber a quem compete fazer o Orçamento da Câmara.

O Senhor Presidente disse que não tinha nada a acrescentar.

A Presidente da mesa colocou a proposta à votação, que foi aprovada com 8 votos a favor e 8 abstenções.

Ponto número quatro – Aprovação e votação da proposta de “Modificação às Grandes Opções do Plano – Revisão número um, para o ano 2007”.

Intervenção do membro João Osório para perguntar quem fez as Grandes Opções do Plano.

A Presidente da mesa passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que respondeu que foi o Executivo Municipal.

A Presidente da mesa passou à votação, sendo a proposta aprovada com 8 votos a favor e 8 abstenções.

PERÍODO DEPOIS DA ORDEM DO DIA

Inscreveu-se o munícipe Manuel Garriapa Domingos que falou sobre a segurança das pessoas, pois verificou que aquando da aplicação de produto químico, para matar as ervas, nos passeios junto ao Mercado Municipal, a pessoa que andava a aplicar o produto usava uma máscara, mas estavam muitas pessoas a passar, pois a hora não era a mais adequada para fazer aquele trabalho. Referiu ainda que na Zona da Barragem curaram as malvas e deveriam ter deixado identificação no local a indicar que as ervas estavam curadas.

O Senhor Presidente da Câmara agradeceu a informação e tomou nota do que foi relatado pelo munícipe.

A inscrição do munícipe Vasco Aguiar referia-se a actas da Assembleia Municipal e uma vez que este assunto não fazia parte da ordem de trabalhos, a inscrição não foi aceite. A Presidente da mesa sugeriu que o munícipe fizesse chegar por escrito, o que pretendia apresentar, para que, se for caso disso, constar da ordem de trabalhos da próxima sessão da Assembleia Municipal.

Nada mais havendo a tratar, foi pela Presidente da Mesa encerrada a sessão da qual se redigiu a presente acta, que vai ser assinada pelos membros da mesa.

Presidente: _____

1º Secretário _____

2º Secretário _____